

EXISTE UMA CULTURA POLÍTICA “PAULISTANA”? COMPARANDO SURVEYS LOCAIS E NACIONAIS

Gabriel Avila Casalecchi¹
Maria do Socorro Sousa Braga²

Resumo: A maior parte das pesquisas já produzidas sobre cultura e qualidade da democracia no Brasil foram realizadas dentro de um “quadro nacional”, isto é, levando-se em consideração as instituições federais (Congresso, Senado, STF etc.) e a opinião pública colhida por surveys representativos de todo o país. Sabe-se, no entanto, que o Brasil é um país de proporções continentais e, em que pese as raízes históricas compartilhadas, existem dinâmicas locais muito singulares. O presente artigo pretende iniciar a suprir essa lacuna estudando uma faceta importante da cultura e qualidade da democracia no seu nível local: a cultura política da cidade de São Paulo. De forma mais específica, analisamos as respostas de um survey representativo da capital no que diz respeito ao apoio dos paulistanos à democracia, as instituições democráticas e aos direitos individuais. Em seguida, comparamos essas respostas com aquelas encontradas nos tradicionais surveys nacionais. Busca-se, dessa forma, averiguar de forma exploratória se os paulistanos se aproximam de uma cultura política nacional mais ampla ou se, ao contrário, sustentam uma cultura que lhe é própria.

Palavras-chave: cultura política regional; apoio à democracia; confiança; São Paulo

Recebido em: 16/04/2020

Aceito em: 01/09/2020

¹ Professor adjunto e pesquisador da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: gacasalecchi@ufscar.br

² Professora associada e pesquisadora da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: msbraga@ufscar.br

IS THERE A POLITICAL CULTURE IN SÃO PAULO? COMPARING LOCAL AND NATIONAL SURVEYS

Abstract: Most of the research already produced on the culture and quality of democracy in Brazil was carried out within a “national framework”, that is, taking into account the federal institutions (Congress, Senate, STF etc.) and the public opinion gathered by surveys representative from across the country. However, it is known that Brazil is a country of continental proportions and, despite the shared historical roots, there are very unique local dynamics. This article intends to start to fill this gap by studying an important facet of the culture and quality of democracy at its local level: the political culture of the city of São Paulo. More specifically, we analyzed the responses of a representative survey of the capital with regard to the support of São Paulo residents for democracy, democratic institutions and individual rights. Then, we compare these responses with those found in traditional national surveys. In this way, the aim is to find out in exploratory way whether the paulistanos approach a broader national political culture or whether, on the contrary, they support a culture that is their own.

Key words: regional political culture; support for democracy; confidence; Sao Paulo

1. Introdução

A “cultura política” tornou-se um conceito tradicional na Ciência Política e uma variável importante para explicar os regimes e sistemas políticos. Muitas pesquisas defendem que a plena consolidação da democracia depende, ao menos em parte, de uma cultura política igualmente democrática, ou seja: com cidadãos que compartilhem normas, crenças e valores compatíveis e congruentes aos princípios subjacentes a esse regime, conferindo-lhe, assim, legitimidade política.

Via de regra, essa cultura política é analisada por meio de *surveys* nacionais, onde um pequeno número de pessoas é selecionado e entrevistado com base em uma amostra representativa probabilística, de forma que sua opinião reflita, com boa margem de segurança estatística, a opinião de toda a população. Como ressalta Rennó (1999), o conceito de “cultura política” e os “*surveys* nacionais” evoluíram lado a lado, dando origem a diversos estudos no mundo e no Brasil.

Não à toa, a maioria das pesquisas realizadas na área tem em perspectiva uma “cultura política nacional”, marcada pela distribuição “média” ou “majoritária” das orientações políticas da população. Embora esse seja um recorte metodológico bastante útil, é inegável que nenhuma cultura é perfeitamente “homogênea”. Existem clivagens importantes que perpassam a população e que a segmentam em “subculturas políticas” – étnicas, sociodemográficas, socioeconômicas, etc.

A presente pesquisa está situada nesse debate e tem como objetivo analisar de forma exploratória as semelhanças e diferenças entre “paulistanos” e “brasileiros” no que se refere a duas atitudes fundamentais de uma cultura política: a confiança nas instituições e a adesão ao regime democrático. Em outras palavras, queremos observar até que ponto existiria uma “subcultura política paulistana”, com padrões e características próprias, em comparação à tradicional “cultura política brasileira”.

O paulistano seria mais desconfiado das instituições do que o “brasileiro médio”? Teria maior ou menor adesão ao regime democrático? As características que explicam a confiança e a adesão dos paulistanos são as mesmas que explicam a dos brasileiros? Essas são as perguntas que pretendemos responder no artigo.

Para responder essa pesquisa utilizamos dois bancos de dados: o Estudo eleitoral Brasileiro (ESEB) e o *survey* do Índice de Democracia Local (IDL), realizado na cidade de São Paulo. Ambas as pesquisas foram realizadas em períodos próximos e desenhadas com amostras probabilísticas de múltiplos estágios – o ESEB a partir do universo de todo o eleitorado brasileiro e o IDL da capital paulista.

O artigo está dividido em 5 seções, fora essa introdução e a conclusão. A primeira delas faz uma breve revisão sobre os conceitos de cultura política e subculturas políticas. Em seguida, definimos e delimitamos as atitudes aqui investigadas: a confiança nas instituições e a adesão à democracia. Na terceira seção, descrevemos algumas características econômicas, sociais e, principalmente, político-partidária da cidade de São Paulo que a tornam um importante objeto de estudo desse campo. A quarta seção apresenta os bancos de dados, as variáveis e o modelo estatístico utilizado na pesquisa. Por fim, na quinta seção, apresentamos os resultados e discutimos suas implicações para a literatura da área.

2. Cultura política e subculturas políticas

Desde o trabalho seminal de Almond e Verba (1963) cultura política se tornou um conceito conhecido na Ciência Política. Definida em termos gerais como a “distribuição das orientações políticas” que “orientam o comportamento dos cidadãos”, as pesquisas na área normalmente utilizam *surveys* nacionais como fonte de dados. Fala-se, portanto, de uma “cultura política brasileira”, que seria marcada por essa ou aquela orientação, predominante na maioria da população.

Essa abordagem, embora muito importante, acaba por deixar em segundo plano uma consideração que os próprios Almond e Verba (1963) haviam registrado anos atrás: a existência – e relevância – de “subculturas políticas”. De acordo com os autores, embora seja fundamental identificar uma cultura política “nacional”, que represente a distribuição majoritária das orientações políticas da população, ela jamais será perfeitamente “homogênea”. No mundo real e complexo existem clivagens que se distribuem entre grupos e territórios que segmentam a cultura política entre diferentes perfis étnicos, sociodemográficos e socioeconômicos. Ou seja, no interior de uma cultura política mais ampla, existem “subculturas políticas” particulares.

Embora Almond e Verba (1963) não tenham aprofundado esse conceito, a ideia de “subculturas políticas” se tornou importante para analisar países com maior divisão étnica, social, econômica e, principalmente, territorial/regional. Pesquisas mais recentes têm retomado esse conceito e o incorporado em suas análises, especialmente no que tange à questão da segmentação territorial/regional da cultura.

Ao revisar estudos da área, Henderson (2004, p. 15) escreveu que “apesar das pesquisas compararem as diferenças entre os países, sabemos muito pouco sobre como as regiões ou os estados dentro dos países podem diferir em termos de atitudes ou comportamentos políticos”³.

³ Tradução livre de: “Despite research comparing the differences between states, we know very little about how regions within or across states might differ in terms of political attitudes or behaviors”

As poucas exceções, no entanto, fornecem evidências importantes que não deveriam ser negligenciadas.

Em sua pesquisa sobre o tema, Simeon e Elkins (1974) propuseram um debate a respeito das diferenças regionais sobre a cultura e a legitimidade política no Canadá. Os autores resgataram argumentos teóricos, de cunho histórico e geográfico, para propor como hipótese que – *ceteris paribus*⁴ – as diferentes regiões do país possuem uma dinâmica e particularidade própria no que diz respeito à participação, à eficácia, e à confiança política. Com base em surveys nacionais e locais, eles demonstraram que o padrão de distribuição dessas atitudes era realmente diferente entre as regiões, o que evidenciava uma subcultura política própria. Além disso, também constataram que mesmo quando controlada por variáveis econômicas, políticas e sociais, as regiões mantinham-se como uma importante variável explicativa das atitudes, o que os levou a concluir que: “além de fatores socioeconômicos, a experiência histórica e as tradições políticas específicas de cada província, ajudam a explicar certos comportamentos e atitudes dos cidadãos” (Simeon e Elkins, 1972, p. 397).

O estudo de Simeon e Elkins (1974) iniciou uma agenda de estudo importante sobre as subculturas políticas no Canadá. De forma geral, os resultados confirmam a presença de importantes particularidades regionais no que diz respeito ao voto, preferências ideológicas e de políticas públicas, bem como de apoio ao governo e às instituições (Ornstein e Stevenson, 1999; Cutler, 2002, Anderson, 2008; Henderson, 2010). Apesar de mais escassos que no Canadá, estudos em outros países – Austrália, Bélgica, EUA, Alemanha – também têm apoiado as evidências em torno dos efeitos regionais sobre diferentes atitudes e comportamentos políticos (Erikson, McLever e Wright Jr., 1987; Lieske, 1993; Denmark e Saram, 1994; Yoder, 1998; Weakliem e Biggert, 1999; Billiet, Medes e Frogner, 2006). Todos esses resultados dão razão a Erikson et. al. (1987, p. 797) ao escreverem que: “a localização geográfica parece ser uma fonte de opinião mais importante do que se pensava”⁵.

No Brasil pesquisas como essas ainda são pouco frequentes, muito embora o país tenha proporções continentais e importantes divisões regionais. É curioso notar que a relevância da regionalidade é destacada em outras áreas da Ciência Política, desde a teoria política, com o trabalho seminal de Schwartzman (1975), aos estudos sobre federalismo e políticas públicas (Bercovici, 2003), até às pesquisas de comportamento eleitoral (Faria, 1975; Reis, 1978; Kerbauy e Vieira, 2017). Todavia, sabemos pouco a respeito das diferenças regionais em termos de cultura política e legitimidade.

⁴ *Ceteris paribus* é uma expressão do latim que pode ser traduzida por “todo o mais é constante” ou “mantidas inalteradas todas as outras coisas”.

⁵ Tradução livre de: “*geographic location may be a more important source of opinion than previously though*”.

3. Confiança política e legitimidade democrática

Uma tarefa fundamental de qualquer pesquisa sobre cultura política é a delimitação dos valores, crenças e atitudes que a compõem. Almond e Verba (1963), por exemplo, argumentavam que a cultura política era composta por três orientações básicas: a “orientação cognitiva”, relativa ao conhecimento da estrutura do sistema político, do seu funcionamento e dos responsáveis pelos mesmos; a “orientação afetiva”, que se traduz pelos sentimentos mais profundos e estáveis em relação ao mundo político (suas instituições, regras e atores); e a “orientação avaliativa”, que se refere ao julgamento e às opiniões, combinando sentimentos e informações.

Nota-se, portanto, que na concepção original de Almond e Verba, a cultura política se referia a um conjunto amplo de atitudes, que abarcavam desde o conhecimento da política, opiniões sobre temas, políticas e ações do governo, até atitudes mais estáveis e profundas, como a ideologia e os valores democráticos.

Nas décadas seguintes, o debate em torno da cultura política se desdobrou em diferentes “correntes” que privilegiaram certas orientações do comportamento político. Uma delas é representada pelos trabalhos de Ronald Inglehart e partir dos dados do *World Value Survey* (WVS) e é conhecida como “teoria da mudança de valores”. Segundo Inglehart e colaboradores (1977, 1990), o principal componente de uma cultura política seriam os “valores” básicos e elementares a respeito da vida humana. Tais valores poderiam oscilar entre “valores tradicionais/religiosos” à “valores racionais/seculares”, bem como entre “valores materiais”, ligados à preocupação com a vida, com a sobrevivência, etc.; à “valores pós-materiais”, que teriam como prioridade a criatividade, as liberdades de expressão, de pensamento, etc. Tais valores são construídos em processos de longa duração, por meio da socialização política e que, normalmente, perduram ao longo de gerações até serem substituídos/modificados.

Uma segunda corrente dá centralidade ao conceito de “capital social” e pode ser atribuída principalmente aos trabalhos de Robert Putnam (1997, 2000). Nesse caso, a cultura política é analisada sob a perspectiva da confiança que os cidadãos têm entre si – confiança interpessoal – e nas instituições – confiança institucional. De acordo com Putnam, a confiança é fundamental para estabelecer as bases da cooperação política, bem como da participação dos cidadãos na política. Uma “cultura política” de baixa confiança e baixa cooperação pode representar um importante empecilho para o funcionamento das instituições, por mais bem planejadas que sejam.

Por fim, uma terceira corrente pode ser atribuída aos trabalhos de David Easton (1965) resgatados e consolidados por Norris e colaboradores (1999). Nessa corrente, a cultura política é analisada principalmente sobre o prisma da legitimidade democrática e das atitudes políticas, compreendidas de forma multidimensional. De acordo com Norris (1999) a legitimidade pode ser

classificada ao menos em cinco dimensões, distribuídas entre diferentes objetos políticos em um *continuum* que vai do mais abstrato ao mais concreto. A primeira e mais abstrata dimensão conteria atitudes relacionadas à “comunidade política”, como, por exemplo, o orgulho nacional e a percepção de pertencimento à “nação”. A segunda dimensão seria o apoio às normas e princípios do regime político, por exemplo, a adesão à democracia. Em seguida, Norris propõe a existência de uma dimensão ligada à satisfação quanto ao funcionamento efetivo do regime, seguida da confiança nas suas instituições (partidos, Congresso, etc.) e, a última e mais concreta, a confiança nos atores políticos.

Sem negar a importância de todas as correntes derivadas dos estudos em cultura política, nossa pesquisa está inserida na terceira delas, privilegiando, dessa forma, a perspectiva da legitimidade democrática e suas múltiplas dimensões. De forma mais específica, iremos nos concentrar em duas das cinco dimensões propostas por Norris: adesão ao regime político e confiança nas instituições.

A escolha desse recorte permite travar um debate importante em torno de duas atitudes aparentemente paradoxais: a forte desconfiança nas instituições democráticas acompanhada da grande adesão pela democracia. Diferentes pesquisas nas últimas décadas têm apontado para esse padrão: cada vez mais as pessoas desconfiam das instituições, como as casas legislativas e os partidos, porém sem perder o seu apreço pelo regime democrático (Inglehart, 1990; Norris, 1999; Dalton, 2004; Booth e Seligson, 2006; Moisés, 2008; Moisés e Meneguello, 2012). Essa aparente contradição só pode ser explicada, conforme argumenta Norris (1999), se entendermos a legitimidade como um conceito de múltiplas dimensões. Em suas palavras:

É racional e consistente, por exemplo, que os cidadãos acreditem nos valores democráticos, mas permaneçam críticos sobre a forma como os governos democráticos realmente funcionam na prática; ou tenham confiança nas instituições políticas, mas sem fé nos políticos; ou menosprezem a maioria dos políticos, mas continuem a apoiar um determinado líder; ou confiem uns nos outros, mas não em funcionários eleitos (...) Se o público pode distinguir entre diferentes objetos de apoio, nossa análise precisa estar ciente dessas distinções (Norris, 1999, p. 13).

Ao longo do artigo teremos a oportunidade de verificar esse padrão, observando como as atitudes de confiança nas instituições e o apoio ao regime democrático são distribuídos entre os brasileiros e os paulistanos. Antes, no entanto, é preciso contextualizar melhor o objeto de recorte da pesquisa: a cidade de São Paulo. A seção seguinte apresenta brevemente algumas particularidades econômicas, sociais e, principalmente, político-partidária da capital.

4. São Paulo e uma “subcultura política paulistana”

Vários são os fatores que nos levam a buscar uma subcultura política na capital do estado de São Paulo. Entre os fatores práticos, destacamos as bases de dados consolidadas sobre o comportamento político da população da capital, conforme explicaremos mais detalhadamente na seção metodológica. Mas mais importante, nesse momento, são as características históricas, econômicas e políticas que afetaram a dinâmica de formação e desenvolvimento desta unidade federativa, cuja capital permanece como o centro econômico do país.

Historicamente, de acordo com a literatura econômica e política brasileira, o estado de São Paulo, por mais de um século foi o mais dinâmico economicamente da federação. De acordo com estudo de Braga, Costa & Fernandes (2020), um tema recorrente nesses trabalhos é a relação assimétrica do estado de São Paulo com o governo central no âmbito da federação (Schwartzman, 1982; 1982; Love, 1982; Dean, 1975, Cano, 1977). Economicamente, a modernização, industrialização e, posteriormente, o setor terciário, impulsionariam a formação de uma elite econômica e uma classe média muito forte no estado e, principalmente, na sua capital. Ao mesmo tempo, atrairiam imigrantes de diferentes países do mundo, bem como migrantes de vários outros estados como mão de obra trabalhadora e consumidora.

Mas, politicamente, São Paulo foi analisado como uma região “periférica” aos arranjos políticos nacionais. Autores clássicos como Schwartzman (1982) e Kugelmas (1987), chamaram a atenção para eventos nesse sentido, seja ainda durante a República Oligárquica, quando somente três representantes do estado foram presidentes da República e no período entre 1910 e 1926 quando ficou ausente da cena nacional. Mas o elemento político crucial, salientado por Schwartzman (1982) para nossos propósitos neste trabalho, foi que esse papel marginal do sistema partidário paulista somente poderia ser explicado com base no caráter predominantemente representativo da política paulista frente aos seus grupos econômicos e sociais, em contraposição ao governo nacional que exerceria sua dominação por meio da cooptação das elites regionais dos demais estados. Desde o século passado, portanto, o subsistema político-partidário paulista foi se constituindo como um dos mais modernos do país ao dar conta de uma das funções básicas de um sistema de partidos numa democracia. E a política partidária paulista se transformou na arena primordial de processamento dos conflitos sociais, emergindo uma estrutura partidária estadual competitiva e independente da dinâmica do sistema partidário nacional, mesmo com a reação muitas vezes violenta por parte do governo federal da época aos anseios separatistas dos paulistas.

Em consequência dessas circunstâncias políticas São Paulo se destacaria no primeiro sistema partidário competitivo (1945-1947). Primeiro, por apresentar um multipartidarismo

acentuado, comparativamente aos demais sistemas partidários estaduais. Segundo, pela ascensão ao primeiro plano da competição de dois partidos que não ocupavam posição de destaque no sistema partidário nacional: o Partido Social Progressista (PSP) de Adhemar de Barros e o Partido Comunista Brasileiro (Soares, 2001; Sampaio, 1982). Terceiro, pelo esforço sistemático do PTB nacional (Vargas, e depois Goulart) para enfraquecer o trabalhismo paulista (Benevides, 1989). Com a repressão política aos comunistas e a marginalização do setor sindicalista do PTB paulista, emergiram os “partidos trabalhistas” pragmáticos, com baixa representação no mundo do trabalho, como o PRT, PTN e PST no subsistema paulista (Cardoso, 1975; Kinzo, 1980). Por fim, um quarto fator, pelo fortalecimento de duas lideranças regionais conservadoras que originariam dois fenômenos políticos estaduais: primeiro, o adhemarismo, cuja estrutura partidária do PSP pelo território paulista lhe assegurou protagonismo político no estado (Cardoso, 1981; Sampaio, 1982); segundo, o janismo, cujo uso eficiente dos meios de comunicação de massas contribuiu para ter forte penetração na capital paulista e nos grandes centros urbanos (Arnt, 2004; Chaia, 1992).

Posteriormente, com o golpe militar, da perspectiva da vida partidária restringida pelo bipartidarismo compulsório, o caráter conservador do adhemarismo e do janismo acabou favorecendo inicialmente a ARENA (entre 1966 e 1973,) que se transformou num partido dominante em São Paulo (Kinzo, 1988). Já o MDB, em meio à crise econômica resultante da elevação do preço do petróleo em 1973, iniciaria sua trajetória no estado buscando se beneficiar desse contexto. E para isso, por um lado, começou a mobilizar as redes sindicais e sociais na capital e nos demais centros urbanos do estado, em torno de uma agenda “oposicionista”. Por outro lado, agiu para fortalecer essa estratégia de polarização nos pleitos eleitorais após 1974, transformando-se ao longo da transição democrática na “sigla mágica” ao agregar amplo apoio do eleitorado urbano paulista (e nacional), sendo dessa forma capaz de medir a legitimidade do regime autoritário nas eleições (Cardoso, 1981; Lamounier, 1982).

Com a reorganização do pluripartidarismo, incentivado pela reforma de 1979, a estratégia de “interiorização” do PMDB paulista teve importantes consequências para a reestruturação do subsistema do estado. Desde o pleito inaugural de 1982 o PMDB demonstrou sua força vencendo o PDS – antiga ARENA – em todas as disputas estaduais. Inclusive na capital paulistana, até então administrada por Paulo Maluf. Contudo, a interiorização implicava num crescente distanciamento em relação às bases da ala do PMDB “autêntico”, dominante na capital e nos maiores centros urbanos. Além disso, com a criação de partidos cujas bases estavam nas grandes cidades (PT, PDT e o conservador PTB, herdeiro do janismo), a ala progressista do PMDB tinha que competir intensamente pelo eleitorado urbano. Mas a derrota de Fernando Henrique na disputa pela prefeitura de São Paulo, em 1985, para Jânio Quadros fragilizou não somente a ala progressista, mas todo o PMDB na capital. Em 1986, a vitória de Quéricia para o governo estadual intensificou o processo de “interiorização” do partido e, ao mesmo tempo acelerou o ostracismo na cidade de São Paulo (Pierucci, 1989). Essa intensa disputa pelo controle do partido no estado levaria, em 1988, à criação do PSDB. De acordo com Roma (2002), a ala progressista não tinha uma alternativa

devido ao seu descontentamento com o pouco espaço político que o quercismo lhe reservou dentro do partido.

Outros dois fenômenos políticos ligados à reconfiguração do subsistema paulista e que afetam a dinâmica de estruturação das preferências políticas foi a ascensão do malufismo, pela direita, e do petismo, pela esquerda (Figueiredo et al. 2002, p. 155). Enquanto o PMDB quercista amplia seu poder pelo interior paulista, conquistando eleitores inicialmente mais ao centro do espectro ideológico, o PSDB nas eleições de 1989 vai disputar com o PT setores progressistas da classe média urbana. Contudo, a polarização principal no estado de São Paulo ainda se dava entre o PMDB quercista e o PDS malufista. À medida que o quercismo foi para a direita começou a disputar espaço com o malufismo e o PSDB foi mais para o centro do espectro político no estado. Já o PT foi se tornando a força predominante à esquerda estadual e nacional ao agregar amplos setores sociais progressistas organizados do mundo do trabalho, do campo religioso e da intelectualidade descontentes com as políticas recessivas e com os projetos políticos neoliberais defendidos pela Aliança Liberal (PMDB/PFL) até fins dos anos 80 e, depois pelo PSDB, nos anos seguintes (Fernandes, 2020). Esse segmento do eleitorado mais crítico dos grandes centros urbanos paulistas consequentemente se constituiu na principal base de apoio ao petismo no estado. E o PT venceria as eleições de 1988, 2000 e 2012 na capital.

No período entre 1994 e 2001, com a chegada do PSDB tanto à Presidência da República como ao governo estadual paulista, a polarização no estado passou a ser entre os peessedebistas e os malufistas. Na capital, no que se refere à disputa pela cadeira de prefeito, nos anos 1990, a rivalidade mais forte ficou entre petistas e malufistas, com esses últimos vencendo os pleitos de 1992 e 1996. Mas, com a vitória do PT em 2000, do PSDB em 2004 e do DEM em 2008, para Limongi e Mesquita (2008), estaríamos diante de uma disputa entre os três polos clássicos do espectro político ideológico, esquerda (PT), centro (PSDB) e direita (PDS/PP), com o sucesso eleitoral de uma dessas forças dependendo da formação de coalizões entre os eleitores de diferentes blocos. Mas, com a crise simultânea do quercismo e do malufismo, ao mesmo tempo em que ocorria a consolidação do predomínio tucano e petista (2001-2015) em nível nacional e local, o padrão político centrado na polarização PSDB *versus* PT passou a figurar no estado e na capital. As condições de funcionamento do subsistema desde então se dão em meio à ampla dominação do PSDB na coalizão estadual (1994-2018) e forte rivalidade entre peessedebistas e petistas pelo controle do executivo da capital, mesmo nas eleições críticas de 2016.

Essa breve recapitulação da trajetória do estado de São Paulo e sua capital é suficiente para demonstrar as particularidades econômicas, sociais e, principalmente, políticas dessa localidade. Conforme sugerimos nas seções anteriores, é possível que essas diferenças fomentem uma “subcultura política” singular, na qual as atitudes políticas e as variáveis que a explicam sejam diferentes daquelas observadas quando se analisa toda a população. Por essa razão, ainda que

em caráter exploratório, acreditamos ser relevante averiguar se os paulistanos se aproximam de uma cultura política nacional ou se, ao contrário, sustentam uma cultura que lhe é própria.

5. Metodologia

Para cumprir os objetivos anunciados anteriormente, utilizamos dois bancos de dados: o tradicional Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), do ano de 2018, com dados representativos para todo o Brasil; e o Índice de Democracia Local (IDL), de 2019, com dados representativos para a cidade de São Paulo.

O ESEB é uma pesquisa pós-eleitoral que tem como objetivo: "analisar as atitudes dos cidadãos em relação às elites políticas, à regra da maioria e às minorias e grupos à margem da política na democracia representativa". Atualmente está na quinta onda, tendo sido aplicada em 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018. A onda de 2018 foi realizada na modalidade "face a face" entre os dias 10 a 28 de novembro a partir de uma amostra probabilística em múltiplos estágios. A distribuição da amostra contemplou 172 municípios dos 27 estados do Brasil e é representativa da população, com uma margem de erro de 2% a um intervalo de confiança de 95%.

O Índice de Democracia Local, por sua vez, é uma pesquisa mais recente, de iniciativa do Instituto Sivos e outros colaboradores, cujo foco é a compreensão da democracia local em suas múltiplas dimensões. Aplicado inicialmente na cidade de Curitiba em 2017, o IDL foi aprimorado nos anos seguintes e a partir de 2019 começou seu processo de replicação nas principais cidades brasileiras, começando por São Paulo. O IDL é realizado a partir de dois conjuntos de dados: 1) entrevistas com especialistas e 2) *survey* com a população local. Em nossa pesquisa, utilizaremos apenas o *survey*. Ao todo, foram feitas 2.417 entrevistas com moradores e eleitores da cidade de São Paulo. As entrevistas também foram feitas na modalidade "face a face" aplicadas em agosto de 2019 a partir de uma amostra probabilística em múltiplos estágios. A margem de erro da pesquisa é de 2% a um nível de 95% de confiança.

Seguindo a revisão da literatura, nossa pesquisa irá se concentrar em dois grupos de atitudes: a confiança nas instituições e a legitimidade democrática. Para que as questões sejam comparáveis utilizamos perguntas elaboradas de forma muito semelhante e com categorias de respostas praticamente idênticas.

No caso do ESEB, as perguntas sobre confiança foram elaboradas da seguinte forma: "De um modo geral, o(a) senhor(a) tem: muita confiança, alguma confiança, pouca confiança ou nenhuma confiança" no "Congresso Nacional", "Partidos Políticos", "Justiça / Poder Judiciário", "Militares / Forças Armadas" e "Grandes Empresas". Já no IDL a pergunta foi a seguinte: "Em que medida o (a) Sr./Sra. confia nas seguintes instituições/organizações?" tendo como respostas "não

confia, confia pouco, confia e confia totalmente" e a seguinte bateria: "Congresso Nacional", "Partidos Políticos", "Judiciário", "Forças Armadas" e "Grandes empresas".

Na dimensão da legitimidade, utilizamos duas variáveis, uma que chamaremos de "adesão à democracia" e outra de "adesão às regras do jogo democrático". A primeira é elaborada no ESEB da seguinte forma: "vou ler mais algumas frases e gostaria que para cada uma delas o(a) Sr.(a) dissesse se concorda ou discorda. A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo" tendo como resposta: "concorda muito", "concorda", "discorda um pouco", "discorda muito". Além dessas respostas que eram estimuladas pelo entrevistador, havia a possibilidade do entrevistado responder, de forma espontânea, "nem concorda, nem discorda". Devido ao baixo número de respostas dessa natureza, optamos pela sua exclusão.

A adesão às regras do jogo foi construída a partir da concordância com a seguinte frase do ESEB: "O Brasil precisa de um líder que resolva a crise e os problemas do país, não importa se ele precisar desrespeitar as leis e as instituições". As respostas eram idênticas à frase da adesão à democracia e foi adotado o mesmo procedimento de exclusão da resposta espontânea "não concordo nem discordo".

No IDL a adesão à democracia foi medida a partir da pergunta: "Em que grau o (a) Sr./Sra. concorda com a seguinte frase: a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo, independente das circunstâncias"? As respostas eram "discorda totalmente", "discorda em parte", "concorda em parte", "concorda totalmente". Já para a adesão às regras do jogo, foi feita a seguinte pergunta: "Quando há uma situação difícil, não importa que o governo passe por cima das leis, do Congresso e das instituições com o objetivo de resolver os problemas?" As alternativas: "concorda totalmente", "concorda em parte", "discorda em parte", "discorda totalmente".

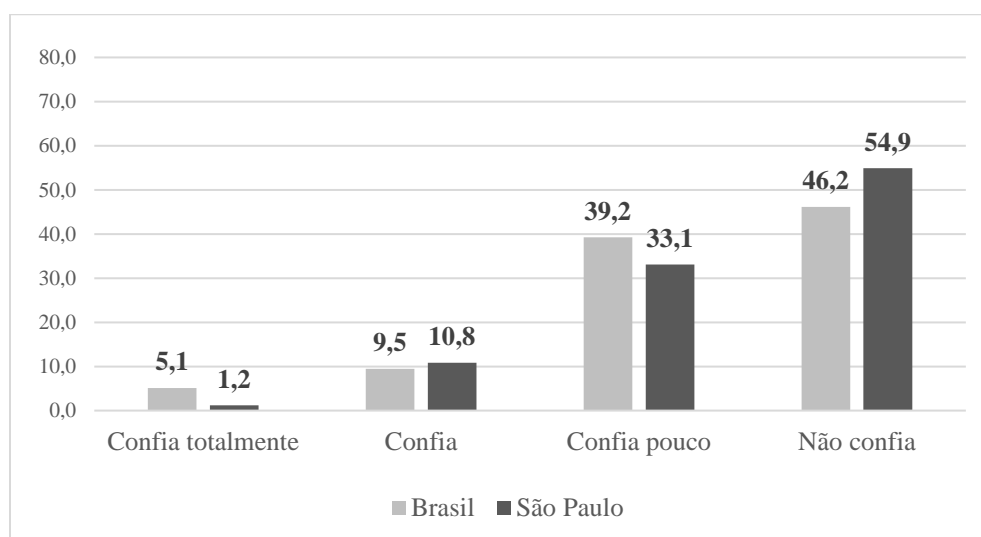
Todas as variáveis foram recodificadas para que suas categorias tivessem sempre o mesmo sentido: da menor confiança à maior confiança e da menor adesão à maior adesão. Foram excluídas das análises as "não respostas" e o "não sabe". Nas análises de regressão logística, as variáveis foram recodificadas como variáveis binárias por meio da soma dos dois primeiros valores e dos dois últimos. Nos modelos de regressão foram construídas as seguintes variáveis independentes: homem (em relação à mulher), branco (em relação aos "não-brancos"), idade (em anos contínuos), renda (com quatro categorias), escolaridade (com três categorias), religião (não crentes/ateus, católicos, evangélicos e outras denominações) e auto-posicionamento ideológico (esquerda, direita e centro). A não resposta e o não sabe foram excluídos.

6. Resultados e discussão

Começamos a análise com a frequência das variáveis, observando e comparando como se distribuem as atitudes de brasileiros e paulistas em relação à confiança nas instituições legislativas (Congresso e partidos políticos), judiciário, forças armadas e grandes empresas; e também quanto à legitimidade democrática, pela adesão ao regime democrático e o compromisso com as regras jogo.

O gráfico 1 apresenta a frequência de confiança no Congresso Nacional. Ao somar as respostas “confia pouco” e “não confia”, notamos que praticamente não existe diferença entre os brasileiros e paulistanos: 85% e 88%, respectivamente. Entretanto, se isolarmos apenas a categoria mais extrema (“não confia”) o percentual de desconfiança dos paulistanos é 8% maior que dos brasileiros em geral.

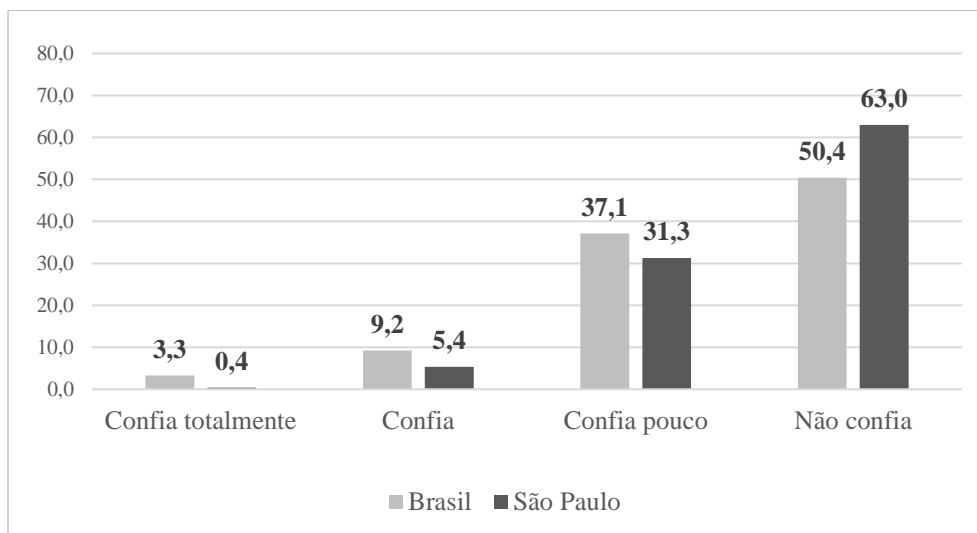
Gráfico 1 – Confiança no Congresso (%)



Fonte: ESEB (2018) e IDL (2019)

A desconfiança entre os partidos políticos é substantivamente maior entre os paulistanos, conforme aponta o gráfico abaixo: 63% deles não confiam nada nos partidos políticos, enquanto 50% dos brasileiros não confiam. Pesquisas anteriores já haviam apontado para a forte descrença nos partidos. Entretanto, no caso dos paulistanos, essa descrença é praticamente generalizada: ao somar as duas categorias de desconfiança – confia pouco e não confia – o percentual chega a 94%.

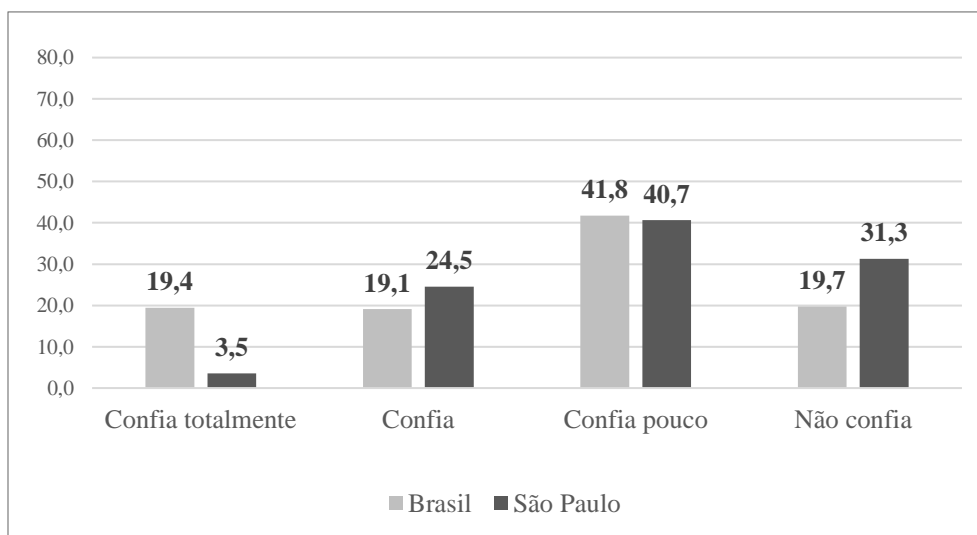
Gráfico 2 – Confiança nos Partidos Políticos (%)



Fonte: ESEB (2018) e IDL (2019)

Quando passamos das instituições legislativas para o poder judiciário, a desconfiança diminui. No entanto, ela permanece predominantemente negativa, com mais pessoas desconfiando do que confiando. Pode-se notar, mais uma vez, que os paulistanos são mais desconfiados que os brasileiros em geral: 72% e 61% confiam pouco ou não confiam nada no poder judiciário, respectivamente.

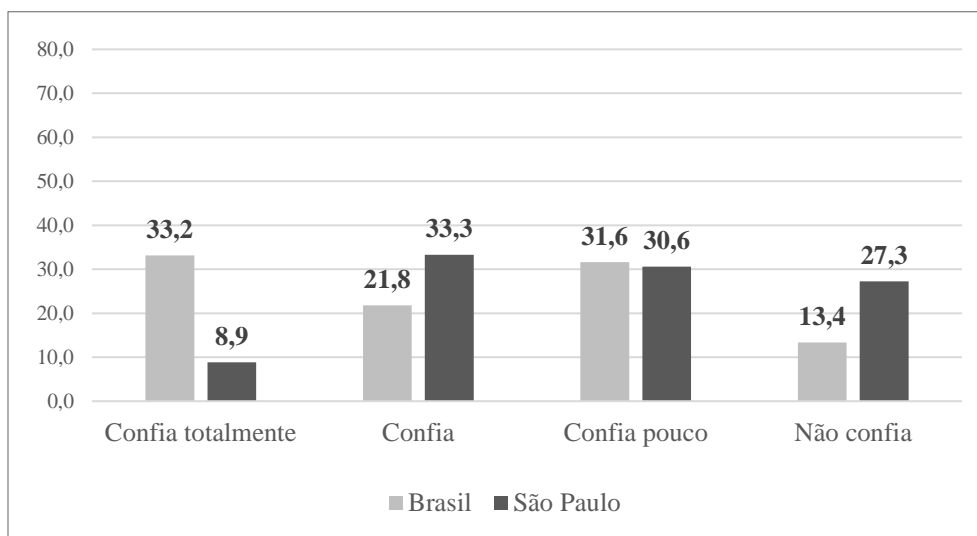
Gráfico 3 – Confiança no Poder Judiciário (%)



Fonte: ESEB (2018) e IDL (2019)

As forças armadas é a instituição que recebe a maior confiança dos brasileiros: 33% confiam totalmente e 22% confiam. Trata-se da única instituição na qual a soma dos que confiam totalmente ou confiam é maior (55%) do que a soma dos que confiam pouco ou não confiam nada (45%). Ao olhar para a amostra dos paulistanos, percebe-se que a instituição também é a mais confiável. No entanto, o percentual dos que confiam pouco ou não confiam (58%) supera aqueles que confiam totalmente ou confiam (42%). Confirma-se assim novamente o padrão de maior desconfiança dos paulistanos em comparação ao brasileiro, inclusive nas forças armadas.

Gráfico 4 – Confiança nas Forças Armadas (%)



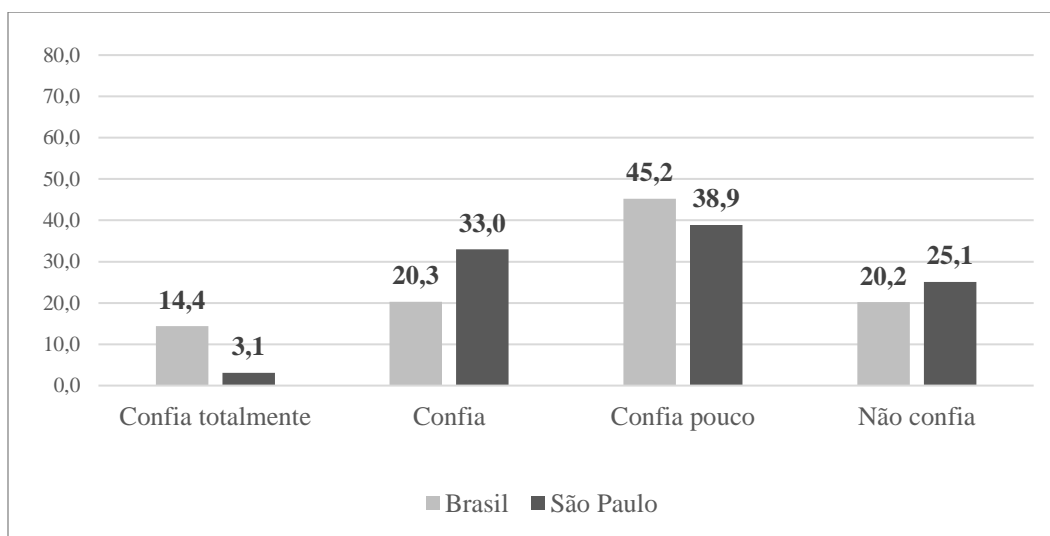
Fonte: ESEB (2018) e IDL (2019)

Por fim, chegamos à última instituição do bloco de confiança nas instituições: as grandes empresas. Conforme o gráfico abaixo: 65% dos brasileiros e 64% dos paulistanos não confiam ou confiam pouco nas grandes empresas do país. Apesar da diferença ser ínfima, é importante ressaltar que existe uma quebra de padrão: essa é a única variável que os paulistanos são menos desconfiados que os brasileiros. Ao sair do mundo político – legislativo, judiciário e forças armadas – para o mundo empresarial, os paulistanos se tornam menos críticos e se aproximam do brasileiro.

Em suma, notamos um padrão claro: de forma geral os paulistanos são mais desconfiados que os brasileiros, seja quanto às instituições legislativas, judiciário ou até mesmo as forças armadas. A única exceção é a confiança nas grandes empresas, o que não nos surpreende dado o histórico da cidade como “coração econômico” do país. Trata-se, portanto, de uma subcultura

política ainda mais crítica, porém não só em relação às instituições representativas, mas também a outras instituições como o judiciário e, para nossa surpresa, o próprio exército ou as forças armadas.

Gráfico 5 – Confiança nas Grandes Empresas (%)

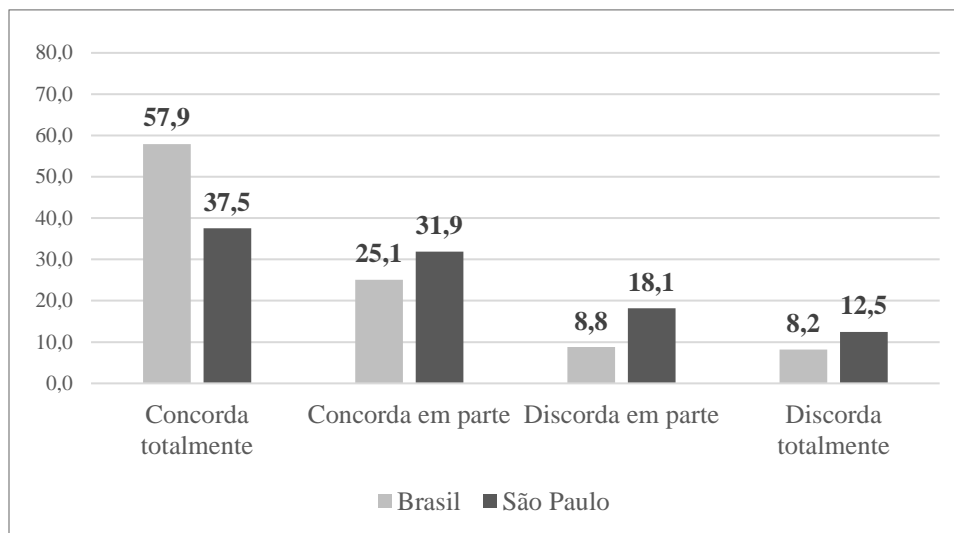


Fonte: ESEB (2018) e IDL (2019)

Os gráficos 6 e 7 apresentam os dados de segunda dimensão analisada: a do apoio à democracia e às regras do jogo. O primeiro deles refere-se à concordância de que a democracia é o melhor governo que existe, ou seja, a adesão à democracia enquanto forma de governo. O resultado demonstra que os paulistanos aderem menos à democracia do que os brasileiros em geral. 58% dos brasileiros concordam totalmente que a democracia é a melhor forma de governo existente. Esse percentual é de apenas 37% entre os paulistanos, praticamente 20% a menos. Ao somar os que concordam totalmente e os que concordam apenas em parte a diferença ainda é grande: 83% dos brasileiros aderem à democracia, enquanto 69% dos paulistanos o fazem.

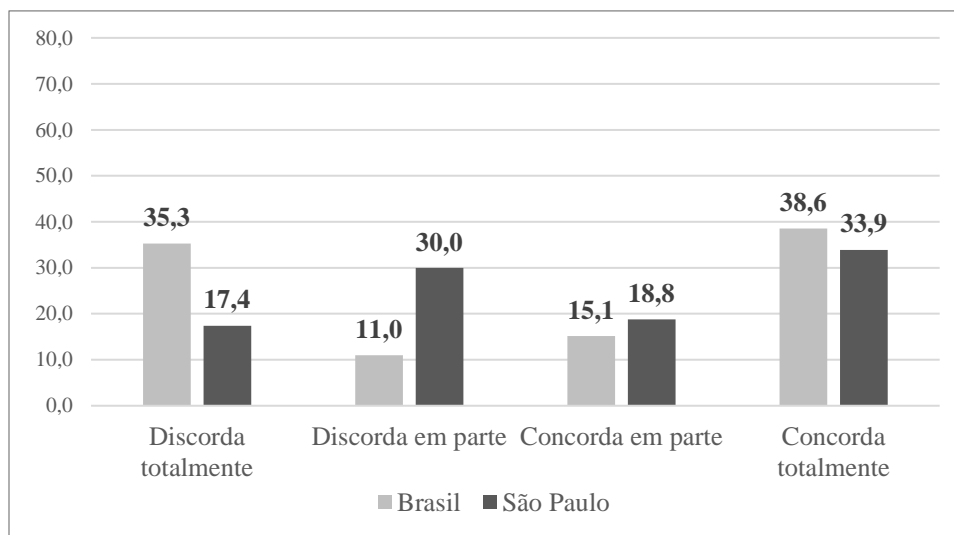
Por fim, o gráfico 7 demonstra o percentual dos que concordam que o Brasil precisa de um líder forte que resolva os problemas do país, mesmo que para isso tenha que passar por cima das leis e das instituições. Nota-se, em primeiro lugar, que o respeito às regras e instituições democráticas é muito menor que a declaração ao seu apoio. Uma boa parcela dos brasileiros (39%) e dos paulistanos (34%) concordam totalmente que o Brasil precisa de um líder forte, nem que à custa das regras e das instituições. Além disso, é possível perceber que para essa questão os brasileiros são mais radicais (ou concordam totalmente ou discordam totalmente) enquanto os paulistanos mais moderados (estão concentrados nas categorias intermediárias da escala).

Gráfico 6 – A democracia é o melhor governo que existe (%)



Fonte: ESEB (2018) e IDL (2019)

Gráfico 7 – O Brasil precisa de um líder que resolva os problemas nem que para isso tenha que passar por cima das leis e das instituições (%)



Fonte: ESEB (2018) e IDL (2019)

Uma vez analisada a distribuição das atitudes dos brasileiros e paulistanos, passamos a observar agora seus determinantes na busca de algum padrão na comparação de ambos. A tabela

1 apresenta os resultados de uma série de regressões logísticas, cujas variáveis dependentes são as atitudes políticas até aqui discutidas: confiança no Congresso, partidos, judiciário, forças armadas, grandes empresas, além da adesão à democracia e do respeito às regras do jogo democrático. Os modelos foram feitos com dados do ESEB e refletem o padrão dos brasileiros.

Entre os brasileiros, o fato de ser homem, em comparação a ser mulher, aumenta as chances de confiança nos partidos políticos e nas forças armadas. Por outro lado, diminui o apoio à democracia e a adesão às regras do jogo. Brasileiros brancos têm mais chance do que os não-brancos de confiar no judiciário e nas forças armadas. A idade também explica a confiança nessas mesmas instituições: quanto mais velho, maior a chance de confiar na justiça e nas forças armadas.

A renda é uma variável importante para explicar a confiança no legislativo e a adesão às regras do jogo democrático. Entretanto, elas caminham em direções opostas: quanto maior a renda, menor é a confiança no Congresso e nos partidos políticos; por outro lado, quanto maior a renda, maior o respeito às regras e instituições democráticas. Curiosamente, o efeito da renda sobre a adesão à democracia ocorre apenas na comparação da categoria intermediária de 3 a 4 salários.

Tradicionalmente a escolaridade é uma variável importante na explicação dos mais variados comportamentos políticos, especialmente a confiança nas instituições. Entretanto, para nossa surpresa, o único efeito observado no modelo ocorreu sobre a confiança no judiciário: quanto maior o nível de escolarização, maior a chance de se confiar nessa instituição. Além disso, a escolaridade não exerceu qualquer efeito significativo sobre a adesão à democracia, contrariando resultados de outras pesquisas. Por outro lado, agora dentro do esperado, ela aumentou significativamente as chances de se respeitar as regras e as instituições da democracia.

A religião praticamente não exerceu efeitos explicativos no modelo, com a exceção do apoio às regras do jogo democrático, que é menor entre os católicos quando comparados àqueles que não tem nenhuma religião.

Por fim, a variável de auto-posicionamento ideológico foi relevante na maioria dos modelos. O principal padrão encontrado é que o centro e, principalmente, a direita têm mais chances de confiar nas instituições quando comparados aos de esquerda. Surpreendentemente a esquerda não se mostrou mais democrática que o centro ou a direita e, no que diz respeito às regras do jogo, aqueles que se consideram de centro são os que têm mais chance de respeitá-las (se comparados à esquerda).

Tabela 1 – Confiança nas instituições e adesão à democracia entre brasileiros (ESEB). Modelo de regressão logística com razões de chances e erro padrão.

	Confiança no Congresso	Confiança nos Partidos	Confiança no Judiciário	Confiança nas Forças Armadas	Confiança nas Empresas	Adesão ao regime democrático	Adesão às regras do jogo
Homem	1,144 (0,114)	1,233** (0,121)	1,191 (0,153)	1,317** (0,197)	1,042 (0,134)	0,681** (0,126)	0,839* (0,087)
Branco	1,019 (0,100)	0,967 (0,094)	1,319** (0,168)	1,500*** (0,225)	1,019 (0,130)	1,063 (0,191)	0,880 (0,090)
Idade (em anos)	1,001 (0,003)	1,000 (0,003)	1,013*** (0,005)	1,014*** (0,005)	1,013** (0,005)	1,002 (0,006)	0,991** (0,003)
Até 1 Salário	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência
De 1 a 2 Salários	0,835 (0,115)	0,767** (0,104)	0,977 (0,170)	0,869 (0,175)	1,155 (0,197)	1,462 (0,342)	1,117 (0,144)
De 3 a 4 Salários	0,774* (0,104)	0,666*** (0,089)	1,079 (0,187)	1,080 (0,222)	1,389* (0,239)	1,899*** (0,455)	1,606*** (0,220)
5 ou mais Salários	0,738* (0,135)	0,627** (0,114)	0,808 (0,187)	0,927 (0,259)	1,297 (0,312)	1,389 (0,450)	2,448*** (0,498)
Fundamental	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência
Ensino Médio	1,047 (0,182)	0,869 (0,151)	1,483* (0,324)	1,469 (0,374)	1,413 (0,312)	1,233 (0,360)	1,488** (0,261)
Ensino Superior	1,032 (0,235)	0,818 (0,186)	1,868** (0,555)	1,772 (0,610)	1,259 (0,366)	1,490 (0,636)	2,852*** (0,718)
Não tem religião	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência
Católico	1,373 (0,242)	1,425 (0,253)	1,310 (0,288)	1,270 (0,319)	1,031 (0,235)	1,327 (0,418)	0,684* (0,133)
Evangélico	1,091 (0,199)	1,150 (0,211)	0,991 (0,223)	1,115 (0,289)	0,955 (0,225)	1,053 (0,339)	0,729 (0,147)
Outras religiões	0,894 (0,211)	0,930 (0,220)	0,926 (0,266)	0,964 (0,318)	0,781 (0,231)	0,912 (0,372)	1,146 (0,307)
Esquerda	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência
Centro	1,537*** (0,224)	1,001 (0,146)	1,846*** (0,320)	1,991*** (0,378)	1,810*** (0,310)	0,881 (0,255)	1,556*** (0,243)

Direita	1,722*** (0,238)	1,296* (0,179)	2,067*** (0,340)	2,907*** (0,543)	2,355*** (0,387)	0,756 (0,203)	0,802 (0,115)
Constante	0,728 (0,225)	1,063 (0,328)	0,780 (0,297)	0,878 (0,382)	0,917 (0,354)	7,607*** (4,177)	1,634 (0,528)
Observações	1769	1784	1785	1781	1768	1634	1189

Fonte: ESEB (2018). *** = $p < 0,01$; ** = $p < 0,05$, * = $p < 0,10$

A tabela 2 apresenta os mesmos modelos com a diferença de que o público analisado agora são os paulistanos, com o banco do IDL. A primeira diferença notável é que as variáveis demográficas e socioeconômicas são menos relevantes para explicar a confiança nas instituições do que nos modelos aplicados à população brasileira em geral. A confiança nas forças armadas é a única instituição no qual essas variáveis são estatisticamente significativas. Nesse caso, homens, brancos e de maior renda têm mais chances de confiar nas forças armadas quando comparados a mulheres, não-brancos e quem tem menor renda. Adicionalmente, o fato de ter concluído o ensino médio, mas não o superior, aumenta a confiança nas forças armadas.

No que tange às dimensões da legitimidade, os efeitos das variáveis são mais semelhantes aos que observamos entre os brasileiros. Quanto mais velho, menor a adesão às regras do jogo democrático. Assim como no caso dos brasileiros, apenas a categoria intermediária da renda (de 3 a 4 salários) aumenta as chances de adesão à democracia (quando comparados aos que recebem até 1 salário). Por outro lado, há um aumento linear em relação à adesão às regras do jogo: quanto maior a renda, maior a chance de discordar de um líder forte que passe por cima das regras e das instituições para resolver os problemas do país. No caso dos paulistanos, a escolaridade importa tanto na adesão à democracia quanto na adesão às regras do jogo democrático: quanto maior a escolaridade, maior a adesão. Um detalhe importante é que basta ter o ensino médio para aumentar as chances de adesão à democracia, mas é necessário ter o ensino superior para elevar as chances de adesão às regras do jogo democrático.

A segunda principal diferença está na relevância da variável religião, muito mais acentuada entre os paulistanos do que entre os brasileiros. Católicos e evangélicos são muito mais propensos a confiar nas instituições do que pessoas que não declaram nenhuma religião ou que se consideram ateus. Os evangélicos, por exemplo, 95% a mais de chance de confiar nas forças armadas do que um não religioso. O católico, por sua vez, tem 45% de chances a mais de confiar nessa instituição. Por outro lado, os evangélicos (mas não os católicos) são mais propensos, quando comparados aos não religiosos, em concordar com um líder forte, que resolva os problemas do país, nem que para isso tenha que desrespeitar as regras e as instituições democráticas.

A terceira diferença reside na variável de auto-posicionamento ideológico. Assim como na análise para os brasileiros, de forma geral aqueles que se posicionam ao centro e à direita têm mais chances de confiar nas instituições do que aqueles que se posicionam à esquerda. Isso vale para a confiança no Congresso, no judiciário, nas forças armadas e nas grandes empresas. Todavia, o padrão é invertido no caso da confiança nos partidos: nesse caso a esquerda que tem mais chances de confiar. Outro resultado relevante é que aqueles que se posicionam à direita do espectro ideológico têm menos chances de aderir as regras do jogo do que os que se posicionam a esquerda.

Tabela 2 – Confiança nas instituições e adesão à democracia entre paulistanos (IDL). Modelo de regressão logística com razões de chances e erro padrão.

	Confiança no Congresso	Confiança nos Partidos	Confiança no Judiciário	Confiança nas Forças Armadas	Confiança nas Empresas	Adesão ao regime democrático	Adesão às regras do jogo
Homem	0,906 (0,089)	0,899 (0,090)	0,925 (0,100)	1,264* (0,149)	0,903 (0,106)	1,204 (0,183)	0,714 (0,095)
Branco	0,977 (0,098)	1,022 (0,195)	0,941 (0,105)	1,288* (0,157)	1,028 (0,124)	1,043 (0,162)	1,160 (0,160)
Idade em anos	0,994 (0,003)	0,996 (0,003)	1,001 (0,004)	1,003 (0,004)	0,994 (0,004)	1,007 (0,005)	0,988*** (0,004)
Até 1 Salário	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência
De 1 a 2 Salários	1,042 (0,156)	0,975 (0,148)	1,128 (0,180)	1,152 (0,191)	1,108 (0,191)	1,371 (0,276)	1,228 (0,226)
De 3 a 4 Salários	1,183 (0,178)	1,030 (0,158)	1,259 (0,205)	1,972*** (0,347)	1,415 (0,252)	1,915** (0,421)	1,497** (0,286)
5 ou mais Salários	1,315 (0,237)	1,286 (0,234)	1,372 (0,273)	1,768*** (0,379)	1,204 (0,255)	1,048 (0,274)	1,635** (0,400)
Fundamental	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência
Ensino Médio	1,028 (0,135)	0,886 (0,119)	1,244 (0,175)	1,488*** (0,227)	1,072 (0,165)	1,496** (0,272)	1,022 (0,167)
Ensino Superior	1,113 (0,171)	1,099 (0,171)	1,266 (0,213)	1,099 (0,198)	1,012 (0,184)	2,592*** (0,639)	1,625** (0,347)
Não tem religião	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência
Católico	1,405*** (0,177)	1,295** (0,166)	1,736*** (0,239)	1,453** (0,215)	1,947*** (0,292)	1,061 (0,203)	0,874 (0,151)

Evangélico	1,356** (0,186)	1,347** (0,187)	1,647*** (0,246)	1,946*** (0,323)	1,640*** (0,263)	1,193 (0,247)	0,708* (0,129)
Outras religiões	1,186 (0,176)	1,256 (0,189)	1,859*** (0,312)	1,779*** (0,325)	2,102*** (0,388)	1,183 (0,283)	0,873 (0,185)
Esquerda	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência
Centro	1,638*** (0,199)	0,698*** (0,085)	2,041*** (0,266)	2,675*** (0,365)	2,175*** (0,301)	1,336 (0,253)	0,934 (0,165)
Direita	1,410*** (0,186)	0,710** (0,094)	1,501*** (0,208)	2,640*** (0,397)	1,950*** (0,293)	0,908 (0,173)	0,623*** (0,110)
Constante	0,626** (0,141)	0,865 (0,197)	0,803 (0,193)	0,453*** (0,117)	1,427 (0,367)	2,038** (0,639)	8,570*** (2,559)
Observações	1.780	1785	1784	1782	1779	1772	1783

Fonte: IDL (2019). *** = $p < 0,01$; ** = $p < 0,05$; * = $p < 0,10$

Analisando os dados conjuntamente podemos voltar à nossa pergunta principal e aos debates teóricos da área. O primeiro ponto a destacar é que, muito embora São Paulo seja o “coração” econômico do país e tenha liderado seu processo de modernização, o padrão atitudinal encontrado não corresponde exatamente ao que Norris (1999) chamou de “cidadão crítico” ao explicar o fenômeno de desconfiança política nas democracias desenvolvidas. Segundo Norris, fruto de um processo de modernização social, com a elevação dos níveis de renda, escolaridade, urbanização e trabalho, esse cidadão seria, ao mesmo tempo, crítico das instituições políticas, mas radicalmente democrático. Ao olhar para os dados, vemos que, de fato, a cultura política da capital paulista é mais crítica que a de todo o país. Entretanto, os paulistanos concordam menos que a democracia é a melhor forma de governo e praticamente não se diferenciam no que tange a adesão às regras do jogo democrático. Falta-lhes o elemento da legitimidade.

O segundo ponto a ser destacado na subcultura política paulistana é que fatores demográficos e socioeconômicos são menos relevantes para explicar a confiança nas instituições políticas. Ao contrário do *survey* com a população nacional, variáveis como sexo, raça, idade, renda e até mesmo a escolaridade, praticamente não tiveram significância estatística para explicar a confiança nas instituições, com exceção da confiança nas forças armadas. Por outro lado, o auto-posicionamento ideológico é altamente relevante. A explicação, a nossa ver, passa em parte pelo que foi levantado sobre a história econômica e política do estado e da cidade. Como visto na revisão, São Paulo passou por um processo de modernização econômica e adquiriu um caráter predominantemente representativo da política em contraposição a maior parte dos outros estados, que conviviam com a pobreza e o atraso econômico, e com a política do governo nacional, que exercia sua dominação por meio da cooptação das elites regionais do país.

O terceiro ponto, em conexão com o último, diz respeito aos resultados da variável auto-posicionamento ideológico. O ponto que nos chamou atenção é que, diferentemente do padrão nacional, a esquerda confia mais nos partidos políticos, quando comparada à direita e ao centro. Além disso, a esquerda é mais democrática que a direita no que diz respeito à adesão às regras do jogo democrático. Assim como no ponto anterior, acreditamos que a explicação repousa, ao menos em parte, na dinâmica partidária do estado de São Paulo e sua capital, onde os espectros políticos – esquerda, direita e centro – foram mais bem definidos e discerníveis na história. Isso possibilitou maior inteligibilidade do eleitorado, especialmente daquele situado à esquerda, campo ideológico onde houve a hegemonia do Partido dos Trabalhadores desde os anos 1990

Por fim, o último ponto, e talvez o mais surpreendente, seja o efeito altamente significativo da religião. De forma geral, católicos e evangélicos tendem a confiar mais nas instituições do que os que não têm igreja ou crença. Porém, e esse é o ponto de atenção, os evangélicos tendem a concordar mais com um líder forte que passe por cima das regras e das instituições inerentes à democracia.

7. Conclusão

O presente artigo buscou, de forma exploratória, investigar a existência de uma “subcultura política paulistana” comparando um survey local (IDL) com um survey nacional (ESEB) no que diz respeito às atitudes de confiança nas instituições políticas e a adesão à democracia e às regras do jogo democrático.

A conclusão é que, de fato, existem particularidades importantes na capital paulista que a diferenciam do padrão observado no Brasil. Podemos falar, portanto, de uma “subcultura paulistana”, com dinâmicas e contornos próprios, que deveriam ser consideradas por todos os estudiosos do tema e da cidade.

A subcultura política paulistana é marcada, principalmente, pela maior desconfiança nas instituições, com exceção da confiança nas grandes empresas, e pela menor concordância de que a democracia é a melhor forma de governo. Além disso, em São Paulo as variáveis demográficas e socioeconômicas são pouco relevantes para explicar a confiança nas instituições, ao passo que a religião e o auto-posicionamento ideológico têm um papel muito importante. Destaca-se, por fim, algumas diferenças no padrão encontrado do eleitorado situado na esquerda paulistana que, diferentemente do restante do país, confia mais nos partidos e apoia as regras do jogo democrático, distinguindo-se do eleitorado de centro e direita mais próximos às atitudes e soluções autoritárias para dar conta dos conflitos sociais.

Esses achados certamente não colocam um ponto final na discussão. Pelo contrário, eles representam um esforço exploratório e inicial de uma agenda de pesquisa que incentiva o estudo das subculturas políticas locais. Conforme argumentamos no início do artigo, o conceito de “cultura política” é amplo e pode assumir diferentes facetas e correntes teóricas. Nesse sentido, um exercício importante a ser feito é expandir a análise para outras atitudes e comportamentos políticos. Por exemplo, pesquisas futuras poderiam explorar padrões de participação política, atitudes de tolerância, percepção quanto ao governo ou então quanto às políticas públicas.

Consideramos ser importante também a iniciativa de surveys locais, como o Índice de Democracia Local. Um ponto importante, no entanto, é a inclusão de variáveis que possam ser comparadas a pesquisas nacionais, como o ESEB. Em suma, seria benéfico o esforço empírico conjunto, com surveys comparáveis.

8. Referências

- ANDERSON, C. Economic Voting, Multilevel Governance and Information in Canada. *Canadian Journal of Political Science*, 41(2), p. 329-354, 2008.
- ALMOND, G. & VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little Brown, 1963.
- ARNT, R. Jânio Quadros. *O Prometeu de Vila Mariana*. Ediouro, 2004.
- BENEVIDES, M. V. *O PTB e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1989.
- BRAGA, M.S.S, COSTA, V.M, FERNANDES, JL. Dinâmicas de competição, estratégia de coordenação e organização partidária: o subsistema paulista. In: MENEGUELLO, Rachel & KERBAUY, Maria Teresa Miceli (Org.) *Política em São Paulo: Uma análise da dinâmica política partidária no estado*. Campinas, Editora Unicamp, 2020.
- BILLIET, Jaak; MADDENS, Bart; FROGNIER, Andre. Does Belgium (still) exist? Differences in political culture between Flemings and Walloons. *West European Politics*, v. 29, n. 5, p. 912-932, 2006.
- BOOTH, J. & SELIGSON, M. A. *The legitimacy puzzle in Latin America: political support and democracy in eight nations*. New York: Cambridge University Press, 2009.
- BERCOVICI, G. *Desigualdades regionais, Estado e Constituição*. São Paulo: 2003.
- CANO, W., *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro, Ed. Difel, 1977.
- CARDOSO, F. H. Partidos e deputados em São Paulo. In: LAMOUNIER, B.; CARDOSO, F. H. (orgs.). *Os Partidos e as Eleições no Brasil*. São Paulo: Cebrap/Paz e Terra, 1975.

- _____. São Paulo: Os partidos políticos e a participação popular. In: FLEISCHER, D. (org.). Os Partidos Políticos no Brasil, vol. II. Brasília: UnB, pp. 47-67, 1981.
- CHAIA, V. A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990). Ibitinga: Humanidades, 1992.
- CUTLER, F. The Simplest Shortcut of all: Sociodemographic Characteristics and Electoral Choice. *Journal of Politics*, 64(2), p. 466-90, 2002.
- DALTON, R. Democratic challenges, democratic choices: the erosion of political support in advanced industrial democracies. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- DEAN, W., A Industrialização no Estado de São Paulo. DIFEL, São Paulo, 1975.
- DENEMARK, David e SHARMAN, Campbell. Political efficacy, involvement and trust: testing for regional political culture in Australia. *Austrian Journal of Political Science*, v. 29, p. 81-102, 1994.
- EASTON, D. A Systems Analysis of Political Life. Nova York, John Wiley, 1965.
- ERIKSON, Robert, MCLEVER, John e WRIGHT JR., Gerald. State political culture and public opinion. *American Political Science Review*, v. 81, n. 3, p. 797-814, 1987.
- FARIA, V. E. As Eleições de 1974 no Estado de São Paulo: Uma Análise das Variações Inter-regionais. In: LAMOUNIER, B.; CARDOSO, F. H. (orgs.). Os Partidos e as Eleições no Brasil. São Paulo: Cebrap/Paz e Terra, pp. 205-242, 1975.
- FERNANDES, J.L. Trajetória e desempenho da direita partidária em São Paulo. In: MENEGUELLO, Rachel & KERBAUY, Maria Teresa Miceli (Org.) Política em São Paulo: Uma análise da dinâmica política partidária no estado. Campinas, Editora Unicamp, 2020.
- FIGUEIREDO, A., et al. "Partidos e distribuição espacial do voto na cidade de São Paulo". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, nº 64, p. 153-160, 2002.
- HENDERSON, A. Hierarchies of Belonging: National Identity and Political Culture in Scotland and Quebec Montreal-Kingston: McGill-Queen's University Press, 2007.
- INGLEHART, R. The silent revolution. Princeton: Princeton University Press, 1977.
- INGLEHART, R. Culture shift in advanced industrial society. Princeton: Princeton Princeton: Princeton University Press, 1990.
- LAMOUNIER, L. (Org). Voto de Desconfiança. Eleições e Mudança Política no Brasil. 1970-1979. São Paulo, Vozes, 1980.
- KERBAUY, MTM & DIAS, ALV2017. O comportamento eleitoral dos paulistas e dos brasileiros nas eleições de 2002 e 2014. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 23, nº 1, jan. - abr., 2017.
- KINZO, M. D. G. Novos partidos: o início do debate. In: LAMOUNIER, B. (org.). Voto de Desconfiança: Eleições e mudança política no Brasil (1970-1979). Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: IDESP, Vértice, 1988.

KUGELMAS, E., A difícil hegemonia: um estudo sobre São Paulo na Primeira República. Tese de Doutorado, DCP/USP, 1987.

LIESKE, Joel. Regional subcultures of the United States. *Journal of Politics*, v. 55, p. 888-913, 1993.

LIMA JR., O. B. Partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional 1945-64. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

LIMONGI, F.; MESQUITA, F. "As eleições municipais em São Paulo entre 1985 e 2004". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, nº 81, p. 49-67, jul. 2008.

LOVE, Joseph, A Locomotiva - São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937. Paz e Terra, 1982.

MOISÉS, J. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p. 11-44, 2008.

MOISÉS, J. A. & MENENGUELLO, R. A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia. São Paulo: Edusp, 2012.

NORRIS, P. *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University, 1999.

ORNSTEIN, M.; STEVENSON, M. (Orgs.). *Politics and Ideology in Canada*. Montreal/Kingston: McGill-Queen's University Press, 1999.

PIERUCCI, F.; LIMA, M. C. "São Paulo 92: a vitória da direita". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, nº 35, p. 94-99, 1993.

PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. *Bowling alone. The collapse and revival of American community*. New York, Simon & Schuster, 2000.

ROMA, C. *Organização, ideologia e política do partido da social democracia brasileira (1988 - 1998)*, Dissertação de mestrado DCP-USP, 2002.

SADEK, M. T. A Interiorização do PMDB nas Eleições de 1986 em São Paulo. In: *Eleições 1986: História Eleitoral do Brasil*. SADEK, M.T. (Org.), São Paulo: IDESP/Vértice, 1989.

SAMPAIO, R. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo, SP: Global Editora, 1982.

SIMEON, Richard e ELKINS, David. Regional Political Cultures in Canada. *Canadian Journal of Political Science*, v. 7, n. 3, p. 397-437, 1974.

SCHWARTZMAN, S. *São Paulo e o Estado nacional*. São Paulo: Difel, 1975.

_____. Bases do autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

SOARES, G. A. D. Sociedade e política no Brasil: desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

_____. A democracia interrompida. São Paulo: FGV, 2001.

WEAKLIEM, David e BIGGERT, Robert. Region and Political Opinion in the Contemporary United States. *Social Forces*, v. 77, n. 3, p. 863-86, 1999.

YODER, Jennifer. The regionalization of political culture and identity in post-communist Eastern Germany. *East European Quarterly*, v. 32, n. 2, p. 197-219, 1998.